

CORTESIAS

A aceitação de brindes, presentes e hospitalidades pelos agentes públicos é um tema que exige atenção. A Lei nº 12.813/2013 e o Decreto nº 10.889/2021 estabelecem regras para evitar situações que possam comprometer a integridade e a imparcialidade na Administração Pública.

O que são? Podem ser aceitos?

Brindes

Itens de baixo valor econômico*, distribuídos de forma generalizada como cortesia, propaganda ou divulgação habitual.

Podem ser aceitos, **desde que** não comprometam a imparcialidade do servidor.

Presentes

Bens, serviços ou vantagens oferecidos por quem tenha interesse em decisões da Administração Pública.

O recebimento é **proibido**.
Caso não seja possível recusar ou devolver, o item deve ser entregue ao setor de patrimônio do órgão em até sete dias.

Hospitalidades

Serviços ou despesas do servidor custeadas por agentes privados, como transporte, hospedagem, ou participação em eventos no interesse institucional do órgão.

Podem ser aceitas **somente se** estiverem relacionadas às atividades institucionais e se forem previamente autorizadas pela autoridade competente.

*menor que 1% do teto remuneratório previsto na Constituição Federal (art. 3º, §4º, do Decreto nº 10.889/2021). Atualmente em R\$ 463,66.

A percepção de brindes e hospitalidades fora das hipóteses autorizadas, bem como de presentes, pode ensejar investigações disciplinares. Em caso de dúvida, use o **Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflitos de Interesses - SECI** ou consulte a Comissão de Ética do órgão.

Servidores da PREVIC, lembrem-se: adotar postura preventiva e zelar pelo interesse público é um compromisso com a integridade.